

Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG

*(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –
Petrobras)*

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2016 e
relatório dos auditores independentes**

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balanço Patrimonial.....	8
Demonstração de Resultado.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas explicativas	13
1. A Companhia e suas operações	13
2. Base de apresentação das demonstrações contábeis.....	15
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia	17
4. Sumário das principais práticas contábeis.....	19
5. Estimativas e julgamentos relevantes	23
6. Novas normas e interpretações	23
7. Contas a receber	24
8. Investimentos.....	25
9. Imobilizado.....	26
10. Fornecedores.....	27
11. Financiamentos	27
12. Arrendamentos mercantis	28
13. Partes relacionadas.....	29
14. Tributos.....	30
15. Patrimônio líquido	32
16. Receita de serviços.....	34
17. Outras receitas (despesas) líquidas	34
18. Despesas por natureza.....	34
19. Resultado financeiro líquido	35
20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa.....	35
21. Processos judiciais e contingências	35
22. Gerenciamento de riscos.....	36
23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	38
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.....	39

**Relatório dos Auditores Independentes
sobre as demonstrações contábeis
individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionista
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na

seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

a) Demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à manutenção do ativo diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

b) Operação Lava Jato

Chamamos atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

c) Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 13 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em

conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

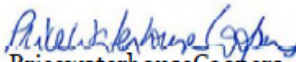
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos como responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Receita de serviços	16	6.360	6.197	6.286	6.197
Custo dos serviços prestados	18	(1.218)	(1.251)	(1.206)	(1.251)
Lucro bruto		5.142	4.946	5.080	4.946
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	18	(60)	(58)	(59)	(73)
Tributárias	18	(228)	(673)	100	(242)
Outras receitas (despesas), líquidas	17	995	7	1.013	(17)
		707	(724)	1.054	(332)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		5.849	4.222	6.134	4.614
Resultado financeiro líquido	19	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)
Receitas financeiras		1.928	2.611	494	456
Despesas financeiras		(1.392)	(1.634)	(1.293)	(1.544)
Variações cambiais e monetárias líquidas		3.840	(8.511)	3.118	(7.327)
Resultado de participações em investimentos		-	-	1.376	490
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		10.225	(3.312)	9.829	(3.311)
Imposto de renda e contribuição social	14.4	(3.083)	1.289	(2.659)	1.297
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em milhares R\$)		2,17	(0,38)	2,18	(0,38)

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de lucros							Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Legal	Especial	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros / (prejuízos) acumulados			
	5.350	(513)	305	-	230	733	78	6.183	76	6.259
Saldo em 1º de janeiro de 2015 (reapresentados)	5.350	(513)			1.346			6.183	76	6.259
Aumento de capital com reservas	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(733)	-	(733)	-	(733)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.014)	(2.014)	(9)	(2.023)
Apropriação de incentivo fiscal	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Absorção do prejuízo	-	-	(305)	-	(230)	-	535	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (reapresentados)	5.351	(513)	-	-	-		(1.401)	3.437	67	3.503
	5.351	(513)					(1.401)	3.437	67	3.504
Aumento de capital com imobilizado	538	-	-	-	-	-	-	538	-	538
Redução de capital	(2.599)	-	-	-	-	-	-	(2.599)	-	(2.599)
Contribuição adicional de capital reflexa NTN	-	1.555	-	-	-	-	-	1.555	-	1.555
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	7.170	7.170	(28)	7.142
Ajustes IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Destinações:										
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	288	2.426	425	1.156	(4.295)	-	-	-
Recomposição da reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	230	-	(230)	-	-	-
Juros s/ capital próprio antecipado	-	-	-	-	-	-	(250)	(250)	-	(250)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-	(994)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.290	1.042	288	2.426	655	1.156	-	8.857	7	8.864
	3.290	1.042					4.525	8.857	7	8.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Ajustes para:				
Resultado de participações em investimentos	-	-	(1.375)	(491)
Depreciação e amortização	834	899	822	922
Resultado com baixa de ativos	-	28	-	28
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(3.338)	8.587	(1.661)	8.835
Rendimentos com recebíveis de ativos financeiros	(829)	(657)	(486)	(435)
Provisão para perdas com processos judiciais	8	(26)	4	(1)
Baixa de créditos tributários não recuperáveis	-	98	-	98
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	652	(1.289)	756	(1.297)
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	1.458	1.919	(81)	(185)
Outros ativos	(44)	(11)	(48)	(9)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(52)	(86)	(48)	(86)
Impostos e contribuições	2.021	(544)	1.553	221
Outros passivos	2	54	(34)	56
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	7.854	6.949	6.572	5.642
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(44)	(79)	(44)	(79)
Resgate (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	2.452	(473)	2.146	834
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	2.408	(552)	2.102	755
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Créditos para futuro aumento de capital	3.695	-	3.695	-
Amortizações de principal	(12.535)	(3.591)	(10.947)	(3.591)
Amortizações de juros	(1.309)	(1.608)	(1.309)	(1.608)
Dividendos pagos a acionista	-	(1.093)	-	(1.093)
Amortização arrendamento mercantil financeiros	(115)	(105)	(115)	(105)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(10.264)	(6.397)	(8.676)	(6.397)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(2)	-	(2)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	2	2	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	2	-	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Receitas				
Serviços e outras receitas	8.412	7.252	8.340	7.227
Receitas relativas à construção de ativos para uso	44	80	44	79
	8.456	7.332	8.384	7.306
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(419)	(449)	(414)	(440)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(53)	(47)	(52)	(47)
	(472)	(496)	(466)	(487)
Valor adicionado bruto	7.984	6.836	7.918	6.819
Depreciação e amortização	(834)	(899)	(822)	(922)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	7.150	5.937	7.096	5.897
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	-	-	1.376	491
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	2.148	3.061	654	845
	2.148	3.061	2.030	1.336
Valor adicionado a distribuir	9.298	8.998	9.126	7.233
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e encargos	26	25	26	25
	26	25	26	25
Tributos				
Federais	3.881	(193)	3.232	(491)
Estaduais	448	552	353	441
Municipais	28	41	9	12
	4.357	400	3.594	(38)
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	(2.228)	10.595	(1.665)	9.259
Despesas de aluguéis	1	1	1	1
	(2.227)	10.596	(1.664)	9.260
Acionistas				
Juros sobre capital próprio	250	-	250	-
Dividendos	994	-	994	-
Lucros (prejuízos) retidos	5.898	(2.023)	5.926	(2.014)
	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Valor adicionado distribuído	9.298	8.998	9.126	7.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis de 2015 foram reapresentadas conforme nota explicativa 2.1.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 07 de fevereiro de 2002, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros.

A TAG incorporou em janeiro de 2008, a Transportadora Nordeste e Sudeste S.A. (TNS) e a Transportadora Capixaba de Gás S.A. (TCG), em agosto de 2010 a Transportadora Urucu Manaus S.A. (TUM) e em janeiro de 2012 a Transportadora Gasene S.A. (Gasene).

Em 11 de junho de 2014, os acionistas da Gaspetro, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a redução do seu capital mediante a transferência da totalidade de sua participação na TAG para a Petrobras, passando a ser a sua controlada, a partir de 31 de março de 2014.

Em 15 de dezembro de 2014, por recomendação de sua controladora, a TAG exerceu a opção de compra da totalidade das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. (NTN) e da Nova Transportadora do Sudeste S.A. (NTS).

Em 29 de agosto de 2016, através da Assembleia Geral Extraordinária da TAG, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da empresa por meio de aporte de ativos da Petrobras na TAG, com base no laudo a valor contábil dos ativos.

A recuperação dos investimentos nos gasodutos está garantida pelos contratos de serviços de transporte, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, resumidos a seguir:

- a) Malha Nordeste para 21,6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- b) Sistema Gasene para 20,0 milhões de m³/dia no trecho sul e 10,3 milhões de m³/dia para trecho norte, com prazo de duração de 25 anos e vigência até novembro de 2033;
- c) Urucu-Coari-Manaus para 6,3 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030;
- d) Pilar-Ipojuca para 9,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031;
- e) Atalaia-Laranjeiras 1,5 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 68 meses e vigência até março de 2018;

A operação e a manutenção dos gasodutos da TAG são realizadas pela Petrobras Transportes S.A. – Transpetro.

1.1. Reestruturação Societária

Em 19 de outubro de 2016, o Conselho de Administração da TAG e, em 21 de outubro de 2016, a Assembleia Geral de Acionistas da NTS aprovaram o aumento de capital da NTS com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, e condicionando a sua efetivação à emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que permitiria a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados foram cedidos da TAG para a NTS.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O acervo líquido, no valor de R\$ 2.308 era composto por ativos localizados na região Sudeste do país, com exceção do Sistema Gasene, e dívida representada pelas notas promissórias emitidas pela TAG em favor da PGT.

Em 21 de outubro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na NTS que aprovou o aporte de capital com acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da TAG, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, e condicionando a sua efetivação a emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que permitiria a cessão dos respectivos contratos de transporte de gás natural (GTAs) relacionados aos ativos aportados foram cedidos da TAG para a NTS.

Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas da TAG a redução do capital social da Companhia mediante a entrega da totalidade das ações da NTS detidas pela TAG para a Petrobras.

Em 24 de outubro de 2016, a ANP, emitiu as autorizações de operação provisórias, tornando eficaz os atos societários constantes nos parágrafos anteriores, passando a Petrobras controlar diretamente a NTS.

Em 24 de outubro de 2016, foram celebrados o sétimo aditivo ao Contrato de Formação do Consórcio – CFA que excluiu a NTS do Consórcio Malhas e o sexto aditivo ao Contrato de Operação do Consórcio com a cessão do contrato de transporte de gás natural, relativo à Malha Sudeste, do Consórcio Malhas para a NTS e a alteração do critério de rateio das receitas entre as demais consorciadas.

Em razão da mudança de contratos que regiam o Consórcio Malhas Sudeste e Nordeste, em 24 de outubro de 2016, e de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi realizada a reavaliação, conforme disposto na ICPC 03, da classificação dos acordos entre NTN e Petrobras quanto à existência de um arrendamento mercantil, tendo em vista que houve alterações nos termos dos contratos de formação e operação do consórcio.

As operações realizadas deixaram de ter característica de arrendamento mercantil financeiro, passando a ser considerados como prestação de serviço.

Em 25 de outubro de 2016, como consequência do aporte com acervo líquido, os seguintes contratos foram cedidos pela TAG para a NTS:

- a)** Malha Sudeste para 43,8 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025;
- b)** Malha Sudeste II para 49,4 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até outubro de 2031;
- c)** Paulínia-Jacutinga para 5,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até janeiro de 2030;
- d)** Gasduc III para 40,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; e
- e)** Gastau para 20,0 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

2. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

a) As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

b) As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

c) Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção da receita diferida, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.1. Reapresentação das demonstrações contábeis

O Contrato de Serviço de Transporte (GTA) do Sistema GASENE, conforme aditamento nº 3, cláusula 8ª, prevê que, anualmente, o Transportador calculará o somatório das diferenças, positivas ou negativas, a partir dos valores efetivamente cobrados com base em um câmbio estimado e o câmbio vigente na data do pagamento mensal das faturas.

Os valores apurados, se negativos, correspondem aos valores que o Carregador deve ao Transportador e, se positivos, correspondem aos valores que o Transportador deve ao Carregador.

No início de janeiro de 2017, a Petrobras solicitou que a TAG calculasse o valor devido por esta à Petrobras, relativo à variação cambial para o ano de 2016.

Quando da solicitação da Petrobras acerca da variação cambial de 2016, a TAG realizou levantamento e apurou a existência de ajustes referentes aos anos de 2012 a 2015, todos em favor da Transportadora, procedendo ao provisionamento da cobrança das variações.

Portanto, para fins de comparabilidade, conforme determina o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2015 e o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2015, estão sendo reapresentados, com os ajustes assim resumidos:

Balanço Patrimonial

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	01.01.2015		01.01.2015		31.12.2015		Controladora
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	31.12.2015
							Reapresentado
Ativo Circulante	4.627	129	4.756	4.546	423	4.969	
Ativo realizável a longo prazo	1.177	(40)	1.137	2.296	(131)	2.165	
Investimento	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	23.405	-	23.405	22.531	-	22.531	
Intangível	8	-	8	8	-	8	
Diferido	38	-	38	-	-	-	
	29.255	89	29.344	29.381	292	29.673	
Passivo Circulante	3.903	12	3.915	8.838	38	8.876	
Passivo não circulante	19.246	-	19.246	17.360	-	17.360	
Patrimônio Líquido	6.106	77	6.183	3.183	254	3.437	
	29.255	89	29.344	29.381	292	29.673	

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	01.01.2015		01.01.2015		31.12.2015		Consolidado
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	31.12.2015
							Reapresentado
Ativo Circulante	6.572	129	6.701	8.339	423	8.762	
Ativo realizável a longo prazo	1.261	(40)	1.221	2.374	(131)	2.243	
Investimento	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	23.428	-	23.428	22.554	-	22.554	
Intangível	8	-	8	8	-	8	
	31.269	89	31.358	33.275	292	33.567	
Passivo Circulante	6.622	11	6.633	12.982	38	13.020	
Passivo não circulante	18.465	-	18.465	17.043	-	17.043	
Patrimônio Líquido	6.182	78	6.260	3.250	254	3.504	
	31.269	89	31.358	33.275	292	33.567	

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Demonstração de resultado

	31.12.2015		31.12.2015		31.12.2015		Controladora	Consolidado
	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	Divulgado (*)	Ajustes	Reapresentado	31.12.2015	31.12.2015
							Reapresentado	
Receita Operacional líquida	5.946	251	6.197	5.946	251	6.197		
Custo dos serviços prestados	(1.251)	-	(1.251)	(1.251)	-	(1.251)		
Lucro Bruto	4.695	251	4.946	4.695	251	4.946		
Receitas (despesas) operacionais	(331)	(1)	(332)	(723)	(1)	(724)		
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos	4.364	250	4.614	3.972	250	4.222		
Resultado financeiro	(8.432)	17	(8.415)	(7.551)	17	(7.534)		
Resultado de participações em investimentos	490	-	490	-	-	-		
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(3.578)	267	(3.311)	(3.579)	267	(3.312)		
Imposto de renda e contribuição social	1.388	(91)	1.297	1.380	(91)	1.289		
Lucro líquido (prejuízo)	(2.190)	176	(2.014)	(2.199)	176	(2.023)		

(*) Conforme demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2017, aprovou a divulgação destas demonstrações contábeis.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

2.2. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da TAG e de sua controlada é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo *esquema de pagamentos indevidos*, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras (controladora). Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no *esquema de pagamentos indevidos*. A Petrobras e a TAG não realizaram quaisquer pagamento indevidos.

Além do *esquema de pagamentos indevidos* descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Ex-executivos da Petrobras (Controladora) foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros de nossos ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do *esquema de pagamentos indevidos*, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no exercício de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa, incluindo malha Nordeste e Sudeste, no montante de R\$ 324 de gastos capitalizados, referente a valores pagos adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores, sendo que R\$ 179 são relativos a malha Sudeste transferida para a NTS (nota 1.1).

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

3.1. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos gastos adicionais impostos nos contratos com as empreiteiras e fornecedores ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Petrobras (Controladora) desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido *esquema de pagamentos indevidos* para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram *membros do cartel* para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao *esquema de pagamentos indevidos* ou ao *cartel*.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do *cartel*, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente os valores específicos de pagamentos indevidos ou o percentual sobre o contrato citados nos depoimentos, pois também foram utilizados por essas empresas para financiar pagamentos indevidos.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares.

A companhia monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente reconhecida em 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da TAG e de sua controlada.

O controle é obtido quando a TAG possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

A nota explicativa 8 apresenta a empresa consolidada.

A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

4.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)	
	31.12.2016	31.12.2015 reapresentado	2016	2015 reapresentado
Consolidado - IFRS	8.864	3.504	7.142	(2.023)
Despesas diferidas líquidas de IR	(7)	(67)	28	9
Controladora - CPC	8.857	3.437	7.170	(2.014)

4.2. Instrumentos Financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.2.3. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando-se do método de juros efetivos.

4.3. Investimentos societários

Nas demonstrações contábeis individuais, o investimento em entidade Controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Controlada. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Os dividendos recebidos proveniente dos investimentos societários são registrados como redução do valor dos respectivos investimentos.

4.4. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 9.

4.5. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. É composto por direitos e concessões e softwares.

4.6. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado, do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

4.7. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamento financeiro.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base que a Companhia utiliza os ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Quando a Companhia é arrendadora do bem, constitui-se um contas a receber é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

Pagamentos contingentes são reconhecidos como despesas quando incorridos.

4.8. Receitas diferidas

Apresentam os resultados financeiros positivos e as variações cambiais líquidas (quando credores), incorridos na fase pré-operacional de construção de ativos imobilizados até 30 de novembro de 2008 (data de início das operações) e que serão amortizados a uma taxa de 10% ao ano.

4.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa. Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.12. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido em conta de passivo como receita diferida, sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

4.13. Reconhecimento de receitas, custo e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural (nota explicativa 1), que inclui cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, os encargos de arrendamentos financeiros, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela TAG com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 21.

5.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros

6. Novas normas e interpretações

a) IASB – International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 Reapresentado	2016	2015 Reapresentado
Cientes				
Terceiros	4	4	4	4
Partes relacionadas (nota explicativa 13)	1.947	1.631	1.844	1.631
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 12)	-	653	-	-
Recebíveis de ativos financeiros (a)	794	4.351	59	1.719
	2.745	6.639	1.907	3.354
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(3)	(2)	(3)	(2)
	2.742	6.637	1.904	3.352

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Em 2016, os recursos aplicados no FIDC foram parcialmente utilizados para a liquidação dos financiamentos da Companhia (nota explicativa 11).

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 22.3.

8. Investimentos

8.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresas consolidadas	% de Participação direta da TAG	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN	100%	100%	2.325	891

8.2. Mutação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2015	Transferência para a Petrobras	Transações de capital	Resultado de participação em investimentos	Saldo em 31.12.2016
Nova Transportadora do Nordeste S.A. - NTN (*)	(122)	-	1.556	891	2.325
Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS (*)	(195)	(291)	-	486	-

(*) Em 31/12/2015, o saldo dos investimentos foram apresentados na rubrica provisão para perda de investimentos.

8.2.1. Informações sobre as controladas

Em 15 de dezembro de 2014, a Controladora Petrobras aprovou a designação da Companhia para exercer a opção de compra, junto a NT HOLDING CO. LTD., das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. – NTN e da Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS pelo valor de R\$ 3, cada uma.

A NTN e NTS são entidades estruturadas na forma de Sociedades de Propósito Específico – SPE cujo objetivo é o atendimento às necessidades da Petrobras, na ampliação das malhas de gasodutos das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Em 21 de outubro de 2016, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE na Companhia que aprovou a redução do seu capital social, mediante a transferência da totalidade das suas ações na NTS para a Petrobras, avaliados a valor contábil em 31 de agosto de 2016, condicionando sua efetivação a emissão, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, das Autorizações de operação provisórias, o que ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Imobilizado

9.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora	
	Total	Edificações e benfeitorias	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	23.428	204	22.806	395	23.405
Adições	79	-	-	79	79
Baixas	(29)	-	(1)	(28)	(29)
Transferências (*)	(26)	10	43	(79)	(26)
Depreciação	(898)	(11)	(887)	-	(898)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.554	203	21.961	367	22.531
Custo	28.088	258	27.440	367	28.065
Depreciação acumulada	(5.534)	(55)	(5.479)	-	(5.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	22.554	203	21.961	367	22.531
Adições	44	-	-	44	44
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências (*)	(6.069)	(72)	(7.304)	(141)	(7.517)
Depreciação	(834)	(12)	(810)	-	(822)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.695	119	13.847	270	14.236
Custo	20.690	168	18.238	270	18.676
Depreciação acumulada	(4.995)	(49)	(4.391)	-	(4.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.695	119	13.847	270	14.236
Tempo de vida útil médio ponderado em anos		16 a 30	até 30		

(*) Inclui transferência para outras contas patrimoniais e a transferência de ativos para a NTS (nota explicativa 1.1).

Em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 484 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2015).

9.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.2016
até 5 anos	2	(35)	(33)
6 - 10 anos	139	(132)	7
11 - 15 anos	-	-	-
16 - 20 anos	877	(263)	614
21 - 25 anos	7	(1)	6
26 - 30 anos	17.362	(3.999)	13.363
30 anos em diante	18	(10)	8
	18.405	(4.440)	13.965
Edificações e benfeitorias	168	(49)	119
Equipamentos e outros bens	18.237	(4.391)	13.846

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2016, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Terceiros no país	35	37	34	35
Terceiros no exterior	-	29	-	29
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	158	221	62	84
Saldo total no Passivo Circulante	193	287	96	148

11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinaram à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

A Companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de financiamento (*covenants*), dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do financiamento. A apresentação das demonstrações contábeis nos prazos definidos contratualmente é uma exigência que consta na maioria dos contratos de financiamento e o não cumprimento pode gerar um vencimento antecipado das dívidas.

Em 21 de outubro de 2016, a dívida da Companhia com a PGT, no valor de R\$ 5.742 foi transferida para a NTS (nota explicativa 1.1) e em dezembro de 2016, a Companhia liquidou antecipadamente parcela da dívida com o BNDES, no valor de R\$ 13.844.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Total	Mercado Bancário	Outros	Total
Não Circulante				
No país				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	13.130	13.130	-	13.130
Juros incorridos no período	5	5	-	5
Variações monetárias e cambiais	3.938	3.938	-	3.938
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(956)	(956)	-	(956)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	16.117	16.117	-	16.117
No exterior				
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.454	-	4.454	4.454
Juros incorridos no período	168	-	168	168
Variações monetárias e cambiais	(1.011)	-	(1.011)	(1.011)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(3.611)	-	(3.611)	(3.611)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	16.117	16.117	-	16.117
Não Circulante				
No país				
Saldo em 1º de janeiro de 2016	16.117	16.117	-	16.117
Juros incorridos no período	5	5	-	5
Variações monetárias e cambiais	(2.399)	(2.399)	-	(2.399)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(9.915)	(9.915)	-	(9.915)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	3.808	3.808	-	3.808
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	3.808	3.808	-	3.808
Circulante				
Endividamento de Curto Prazo				
Parcela circulante de Endividamento de Longo Prazo	-	8.705	-	5.662
Juros Provisionados	874	3.459	874	2.723
	874	12.164	874	8.385

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em						Consolidado	
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Total	Valor justo	
Financiamentos em Reais (R\$)	669	1.274	1.188	328	3.459	3.428	
Indexados a taxas flutuantes	669	1.274	1.188	328	3.459		
Financiamentos em Dólares (US\$):	205	407	407	204	1.223	1.303	
Indexados a taxas fixas	205	407	407	204	1.223		
Total em 31 de dezembro de 2016	874	1.681	1.595	532	4.682	4.731	
Total em 31 de dezembro de 2015	12.164	3.548	3.548	3.158	28.281	17.630	

(*) Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio dos financiamentos é de 2,43 anos.

11.2. Garantias

Os financiamentos concedidos por instituições de fomento são garantidos pela Petrobras.

12. Arrendamentos mercantis

Compromissos Estimados	Pagamentos		Controladora
	Valor Futuro	Juros Anuais	Pagamentos Valor Presente
2017	123	32	91
2018 - 2021	496	213	283
2022 em diante	1.126	248	878
Em 31 de dezembro de 2016	1.745	493	1.252
Circulante			21
Não circulante			914
Em 31 de dezembro de 2016			935

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Partes relacionadas

13.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado					Controladora				
	Petrobras	Transpetro	PGT	2016	2015	Petrobras	Transpetro	PGT	2016	2015
Ativo										
Circulante										
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	-	-	653	-	-	-	-	-
Contas a receber por transporte de gás natural	2.160	-	-	2.160	1.339	1.293	-	-	1.293	1.339
	2.160	-	-	2.160	1.992	1.293	-	-	1.293	1.339
Passivo										
Circulante										
Fornecedores vinculados à operação e manutenção de gasodutos	-	31	-	31	36	-	31	-	31	36
Fornecedores vinculados à construção de gasodutos	-	-	-	-	140	-	-	-	-	2
Financiamentos	-	-	-	-	10.543	-	-	-	-	6.763
Dividendos e juros sobre capital próprio propostos	1.206	-	-	1.206	-	1.206	-	-	1.206	-
Arrendamento mercantil financeiro	21	-	-	21	16	21	-	-	21	16
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.695	-	-	3.695	-	3.695	-	-	3.695	-
Outras contas a pagar	127	-	-	127	45	31	-	-	31	45
	5.049	31	-	5.080	10.780	4.953	31	-	4.984	6.862
Não circulante										
Arrendamento mercantil financeiro	914	-	-	914	873	914	-	-	914	873
	5.963	31	-	5.994	11.653	5.867	-	-	5.898	7.735
Resultado										
Receitas, principalmente de serviços	8.412	-	-	8.412	7.227	8.340	-	-	8.340	6.937
Receita arrendamento mercantil	1.091	-	-	1.091	1.947	-	-	-	-	-
Custos com serviços de operação e manutenção de gasodutos	-	(272)	-	(272)	(256)	-	(272)	-	(272)	-
Variações monetárias líquidas	(100)	-	1.724	1.624	(4.285)	(100)	-	1.063	963	(3.262)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas financeiras líquidas	(61)	-	(301)	(362)	(449)	(61)	-	(141)	(202)	(338)
	9.342	(272)	1.423	10.493	4.184	8.179	(272)	922	8.829	3.337

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

13.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2016. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 5, válida para o período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017.

No exercício de 2016, a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$ 5.

14. Tributos

14.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante			
	2016	2015	2016	2015
	Consolidado		Controladora	
No país:				
Imposto de renda	120	1.204	118	886
Contribuição social	11	330	9	209
	131	1.534	127	1.095

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
	Consolidado					
Impostos no país:						
ISS	-	-	-	-	-	36
IR remessa ao exterior	-	-	-	-	-	324
Imposto de renda	-	-	11	-	1	-
Contribuição social	-	-	1	-	1	-
ICMS	12	8	-	-	27	33
PIS/COFINS	352	409	17	706	79	89
Outros impostos	9	41	-	11	5	7
	373	458	29	717	113	489
	Controladora					
Impostos no país:						
IR remessa ao exterior	-	-	-	-	-	194
Imposto de renda	-	-	11	-	-	-
Contribuição social	-	-	1	-	-	-
ICMS	2	2	-	-	27	27
PIS/COFINS	347	378	17	706	79	37
Outros impostos	9	10	-	11	5	8
	358	390	29	717	111	266

Os créditos de PIS/COFINS são originados das aquisições de ativos imobilizados de acordo com a Lei Complementar 87/1996. A administração da Companhia espera realizar estes créditos com as operações futuras.

A Companhia decidiu alterar o regime fiscal de reconhecimento da variação cambial, passando do regime de caixa para competência, para o ano de 2016. Como consequência imediata, teve que reconhecer os valores diferidos no LALUR na apuração fiscal do ano que antecede a opção, ou seja, exercício de 2015. Com esta mudança, a Companhia, que havia antecipado IR/CSLL até novembro de 2015 em função do lucro fiscal apurado por estimativa, passou a apresentar um prejuízo fiscal no exercício de 2015. Com isso as antecipações de IR e CSLL foram consideradas como créditos fiscais, sendo parcialmente realizado em 2016.

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado			Controladora			
	Total	Imobilizado	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2015	13	(391)	101	-	264	31	5
Reconhecido no resultado do exercício	1.289	(508)	(25)	1	1.824	5	1.297
Em 31 de dezembro de 2015	1.302	(899)	76	1	2.088	36	1.302
Reconhecido no resultado do exercício	(652)	(56)	-	(2)	(686)	(12)	(756)
Em 31 de dezembro de 2016	650	(955)	76	(1)	1.402	24	546
Impostos diferidos ativos	2.241						2.241
Impostos diferidos passivos	(939)						(939)
Em 31 de dezembro de 2015	1.302						1.302
Impostos diferidos ativos	1.690						1.586
Impostos diferidos passivos	(1.040)						(1.040)
Em 31 de dezembro de 2016	650						546

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos			
	Consolidado		Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
2017	500	12	464	12
2018	302	3	263	3
2019	312	3	285	3
2020	308	3	308	3
2021	160	3	160	3
2022 em diante	107	1.016	106	1.016
	1.690	1.040	1.586	1.040

14.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015 reapresentad	2016	2015 reapresentad
Lucro antes dos impostos	10.225	(3.312)	9.829	(3.311)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(3.477)	1.126	(3.342)	1.126
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Juros sobre capital próprio, líquidos	85	-	85	-
Incentivos fiscais	132	(1)	145	(1)
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(95)	164	(31)	5
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	468	167
Prejuízo fiscal reconhecido no exercício	255	-	-	-
Outros	17	-	16	-
Imposto de renda e contribuição social	(3.083)	1.289	(2.659)	1.297
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(652)	1.380	(756)	1.388
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.431)	(91)	(1.903)	(91)
	(3.083)	1.289	(2.659)	1.297
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	30,15%	38,92%	27,05%	39,17%

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2016 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 3.290, representado por 5.688.344.962 ações ordinárias, sem valor nominal.

Aumento/Redução de capital em 2016

A Assembleia Geral Extraordinária, em 29 de agosto de 2016, aprovou o aumento do capital social da Companhia de R\$ 538. Essa capitalização foi efetivada por meio de aporte de ativos da Petrobras na TAG.

A Assembleia Geral Extraordinária, em 21 de outubro de 2016, aprovou a proposta de redução do capital social, no valor de R\$2.599 por excessividade de capital e sem o cancelamento de ações, com a consequente diminuição do valor das ações já existentes.

15.2. Transações de capital

Refere-se a transação com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de desfazimento de leasing financeiro entre empresas do mesmo grupo econômico.

O saldo anterior considera os ganhos obtidos pela diferença entre o valor pago nas aquisições das participações, estipulado contratualmente, e o patrimônio líquido das empresas TUM e Gasene, bem como ao exercício da opção de compra de 100% das ações da Nova Transportadora do Nordeste S.A. e da Nova Transportadora do Sudeste S.A., conforme previsão contratual.

Em outubro de 2016, em função da reestruturação societária das empresas transportadoras de Gás (TAG, NTN e NTS) e o encerramento do Consórcio Malhas, o leasing da Petrobras com a NTN foi revertido na data-base 25 de outubro de 2016, gerando um ganho de R\$ 1.556 registrado como transação de capital.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

15.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

No exercício de 2016, foram destinados do resultado R\$ 425, de incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), referentes à realização de parte dos depósitos para reinvestimento com recursos do imposto de renda, e R\$ 230 para a recomposição do saldo da reserva utilizada para absorver parcialmente o prejuízo do exercício social de 2015, conforme determina o DL nº 1.598/77, atualizado pela Lei nº 12.973/14.

c) Reserva Especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

15.4. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhada pela administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral de acionistas, no montante de R\$ 2.400, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2016
Lucro líquido do exercício (Controladora)	7.170
Apropriação de prejuízos de exercícios anteriores	(1.401)
Apropriação:	
Reserva legal	(288)
Reserva de incentivo fiscal 2016	(425)
Reserva de incentivo fiscal - Recomposição	(230)
Lucro básico para determinação do dividendo	4.826
Juros s/ capital próprio	250
Dividendos mínimos obrigatórios	994
Dividendos adicional proposto	1.156
Total de dividendos propostos	2.400
Constituição de reserva especial	2.426

Os dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.207, incluem juros sobre o capital próprio no total de R\$ 250, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2016.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, e contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 37.

15.5. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuível ao acionista	7.142	(2.023)	7.170	(2.014)
Quantidade de ações ordinárias	3.289.910	5.351.158	3.289.910	5.351.158
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	2,17	(0,38)	2,18	(0,38)

16. Receita de serviços

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de serviços	7.407	7.213	7.319	7.213
Encargos sobre serviços	(1.047)	(1.016)	(1.033)	(1.016)
Receita de serviços	6.360	6.197	6.286	6.197

17. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Penalidade sobre venda de serviços (*)	553	-	553	-
(Perdas)/Reversão com processos judiciais	-	25	-	(1)
Subvenções e assistências governamentais	425	1	425	1
Seguros	10	-	10	-
Outros	7	(19)	25	(17)
	995	7	1.013	(17)

(*) refere-se à penalidade prevista nas cláusulas de "Penalidade de Variação" dos Contratos de Serviço de Transporte celebrados com a Petrobras, reconhecida após a conclusão do levantamento de informações e alinhamento entre o carregador e o transportador sobre a metodologia.

18. Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(26)	(25)	(26)	(25)
Depreciação e amortização	(834)	(899)	(822)	(916)
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(60)	(43)	(60)	(43)
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(85)	(84)	(86)	(84)
Operação e manutenção	(272)	(256)	(272)	(256)
Tributárias	(228)	(672)	100	(241)
Penalidade sobre venda de serviços	553	-	553	-
(Perdas)/Reversão com processos judiciais	-	25	-	(1)
Subvenções e assistências governamentais	425	1	425	1
Seguros	10	-	10	-
Outros	6	(22)	26	(18)
	(511)	(1.975)	(152)	(1.583)
Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos e serviços prestados	(1.218)	(1.251)	(1.206)	(1.251)
Gerais e administrativas	(60)	(58)	(59)	(73)
Tributárias	(228)	(673)	100	(242)
Outras (receitas) despesas líquidas	995	7	1.013	(17)
	(511)	(1.975)	(152)	(1.583)

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

19. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	3.609	(8.767)	2.948	(7.644)
Despesa com endividamentos	(1.385)	(1.544)	(1.225)	(1.433)
Receita com aplicações financeiras	-	1	-	1
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	2.224	(10.310)	1.723	(9.076)
Encargos sobre obrigações arrendamento financeiro, líquido	(61)	(63)	(61)	(63)
Receita com arrendamento financeiro	1.091	1.947	-	-
Atualização monetária sobre arrendamento financeiro	(100)	(161)	(100)	(100)
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	830	657	435	435
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	62	(21)	52	(28)
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	330	417	270	417
Resultado financeiro líquido	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)
Receitas	1.928	2.611	494	456
Despesas	(1.392)	(1.634)	(1.293)	(1.544)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	3.840	(8.511)	3.118	(7.327)
	4.376	(7.534)	2.319	(8.415)

20. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valores pagos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	1.892	1.339	1.479	902
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Contrato com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	161	162	161	162

21. Processos judiciais e contingências

21.1. Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo não circulante				
Trabalhistas	7	1	5	1
	7	1	5	1
Saldo inicial	1	27	1	2
Adições (Baixas), líquidas	6	(26)	4	(1)
Saldo final	7	1	5	1

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Trabalhistas	1	7	1	2
Fiscais	109	75	109	75
Cíveis	2	1	2	1
	112	83	112	78

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Cíveis	354
Trabalhistas	12
Previdenciárias	888
Ambientais	104
Outros	3
	1.361

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo	
1) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS - A.I. nº 4.026.759-3, 4.039.559-5, 4.005.552-8, 4.026.203, 4.042.170-3, 4.028.592-3, 4.080.240-1 e 0086464-96.2016.4.02.5101.	
Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa, onde a companhia tem buscado assegurar seus direitos.	425
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo	
2) Execução Fiscal para cobrança de tributos da Gasene - PA 2.082.082-2, 5.655.279-3 e 2.072.173-4	
Situação atual: Aguardando a análise do Fisco Estadual quanto à impugnação apresentada pela TAG.	350
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro	
4) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS	
Situação atual: Recurso interposto perante instância administrativa	14
5) Processos diversos de natureza fiscal	99
Total de processos de natureza fiscal	888

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG	
1) Perdas e danos pelo inadimplemento do contrato com o Consórcio Masa.	
Situação atual: Ação movida pela TAG contra o Consórcio MASA-ARG em função de inadimplemento de contrato, sendo que em 10/10/2006, o consórcio apresentou reconvenção contra a TAG. Em 08/03/2010 a TAG foi condenada em 1ª instância ao pagamento dos prejuízos do Consórcio no ano de 2005 e a devolução do seguro recebido após o ajuizamento da causa, recorrendo da sentença. Após discussões em Tribunais de instâncias inferiores, com recursos de ambas empresas, em 03/02/2014, os recursos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça.	354
Total de processos de natureza cível	354

22. Gerenciamento de riscos

A gestão da TAG é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia e suas controladas possam atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

22.1. Risco cambial

O gerenciamento dos riscos cambiais é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2016 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos sujeito à variação cambial do Dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota 12.1 cujo saldo está valorizado pela taxa de fechamento de 3,2591, em 31 de dezembro de 2016.

a) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Em 31.12.2016	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Financiamentos	Dólar/Real	1.223	306	612

22.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de juros variáveis, considerando que o cenário provável é a atualização do valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015 pelas mesmas taxas de juros nesta data, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

a) Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em 31.12.2016	Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Financiamentos (TJLP)	3.814	954	1.907

22.3. Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

22.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

Vencimento	Consolidado						
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	31.12.2016
	1.135	1.079	1.021	965	825	825	5.850

22.5. Seguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a TAG transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

23. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos de caixa e equivalente de caixa, do contas a receber, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROBERTO MORO

Presidente

ERICK PORTELA PETTENDORFER

Conselheiro

GUILHERME PONTES GALVÃO FRANCA

Conselheiro

MURILO FRANCISCO BARELLA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS

Diretor Superintendente

ANA PAULA LOPES DO VALE SARAIVA

Diretora Administrativo-Financeira

FERNANDO JOSÉ ENNES DE SENNA

Diretor Técnico-Operacional

PAULO LEONARDO MARINHO FILHO

Diretor Comercial

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO

Contador

CRC-RJ - 087118/O-3